



GOVERNO AVALIA COLOCAR MAIS ETANOL NA GASOLINA E ISENTAR BIODIESEL CONTRA ALTA DO PETRÓLEO

Autoridades do governo responsáveis pela política sobre combustíveis discutem a possibilidade de aumentar de 30% para 32% o percentual de etanol misturado na gasolina, ao mesmo tempo em que avaliam estender ao biodiesel a isenção de PIS/Cofins já aplicada ao diesel.

Seriam formas de reduzir o impacto da disparada no preço do petróleo causada pela guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, que elevou o preço da commodity em todo o mundo.

A ideia é debatida entre integrantes do Ministério de Minas e Energia e da Fazenda. Caso vá adiante, será mais uma das medidas do governo federal para suavi-

zar o aumento dos preços dos combustíveis.

As principais ações anunciadas pelo Executivo para mitigar os efeitos da guerra até o momento foram a redução de PIS e Cofins sobre o diesel e a oferta de subvenção para que estados também cortem no ICMS.

Até aqui, governadores não demonstraram grande interesse em aderir à medida, mesmo diante do apoio do governo federal e da pressão pública do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Enquanto isso, a Petrobras anunciou um aumento nos preços, o que consumiu parte da folga nos valores anunciados pelo Executivo.

Uma das respostas do regime iraniano aos ataques dos Estados Unidos e Israel

foi restringir o tráfego de petroleiros no estreito de Hormuz, por onde passam cerca de 20% do petróleo comercializado no mundo.

Nesta quinta-feira (19), o preço do barril do petróleo Brent, principal referência do mercado, chegou a ultrapassar os US\$ 119. O aumento se deu depois de o Irã atacar instalações energéticas em todo o Oriente Médio como retaliação a Israel ter atacado o campo de gás de Pars Sul, e Trump ameaçar destruir esse campo, o maior depósito de gás do mundo.

Em resposta, o governo avalia aumentar a mistura de etanol na gasolina de 30% para 32%, percentual chamado de E32, para tentar conter a alta dos preços.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Petróleo chega a subir 10% e GNL, 35%, após ataques a instalações energéticas no Oriente Médio

Lula pressiona governadores a zerar ICMS do diesel para conter impacto da guerra

Lula confirma Dario Durigan como ministro da Fazenda

Em 2024, taxa de inovação das empresas brasileiras chegou a 64,4%



Irã amplia ataques após ultimato de Trump e árabes; preço do gás dispara



NO MUNDO

Irã amplia ataques após ultimato de Trump e árabes; preço do gás dispara



O Irã ampliou o escopo de seus ataques à infraestrutura energética dos vizinhos nesta quinta-feira (19), após receber um ultimato do presidente Donald Trump e de países árabes e islâmicos reunidos em Riad, na Arábia Saudita.

Em seu vigésimo dia, a guerra do Oriente Médio iniciada pelo americano e por Israel toma contornos dramáticos no setor energético, com o preço do gás nos mercados europeus saltando 35% nesta manhã. O petróleo, que já vinha em alta devido ao virtual fechamento do estreito de Hormuz, escala rumo aos US\$ 120 o barril.

Na noite de quinta (18) e

nesta madrugada, a teocracia empreendeu uma grande retaliação após Israel atingir com força instalações iranianas de extração de gás natural nos 40% que o Irã controla do maior campo do produto do mundo, cujos outros 60% são do Qatar.

A ação foi direcionada principalmente ao emirado, maior produtor do gás natural liquefeito. O alvo foi o centro de processamento e embarque da commodity de Ras Laffan, que está em chamadas até agora. Segundo a estatal QatarEnergy, "os danos foram extensos" e a produção, paralisada desde o dia 2, não tem data para ser retomada.

Na noite de quinta, Trump escreveu em sua

rede social que Israel não iria mais atacar o campo iraniano, que no país é chamado de Pars Sul. Mas ameaçou a teocracia.

"Se o Irã decidir de forma imprudente atacar os muito inocentes, no caso o Qatar, [...] os EUA vão, com ou sem a ajuda ou o consentimento de Israel, explodir maciçamente a totalidade do campo de gás de Pars Sul", disse o republicano na Truth Social.

Após a postagem de Trump, com Ras Laffan já tomada por labaredas desde o ataque anterior, os iranianos ainda não voltaram a atacar aquele ponto específico, mas ampliaram suas ações para novos alvos.

Igor Gielow/Folhapress

Milei presta apoio aos EUA com promessa de envio de tropas ao Oriente Médio

A Casa Rosada confirmou ontem que a Argentina pode enviar suas tropas ao Oriente Médio para apoiar os Estados Unidos no conflito contra o Irã, em resposta a eventual solicitação do governo do presidente Donald Trump.

"Se os Estados Unidos solicitarem, sim. Qualquer assistência que eles considerem necessária será fornecida", disse o porta-voz do governo argentino, Javier Lanari, ao jornal espanhol El Mundo.

A sinalização de apoio ocorre por "alinhamento do governo de Javier Milei com o de Donald Trump". Embora o governo argentino tenha se prontificado a ajudar no conflito no Oriente Médio, Lanari afirmou não ter conhecimento de qualquer pedido oficial nesse sentido feito por Washington a Buenos Aires.

Argentina foi o único país da América do Sul a se envolver na Guerra do Golfo no início da década de 1990. A Casa Rosada contribuiu com quatro navios em apoio ao então presidente nor-

te-americano George Bush pai na guerra após a invasão do Kuwait pelo Iraque.

Javier Milei criticou o Irã ao lembrar, nesta terça-feira (17), os 34 anos de um atentado contra a embaixada de Israel na Argentina. "Diante do terrorismo, não pode haver trégua", disse ele em um ato em uma praça de Buenos Aires, sobre as ruínas da sede diplomática.

"Deixamos claro onde nos posicionamos neste momento histórico, em que os Estados Unidos e Israel decidiram pôr fim ao regime iraniano, uma tirania que não só mantém cativa sua própria população, mas que se dedica a semear o terror durante décadas", disse Milei.

Em 17 de março de 1992, uma caminhonete carregada de explosivos atingiu o prédio da embaixada de Israel, deixando 22 mortos e mais de 200 feridos. Dois anos depois, outro ataque à associação judaica AMIA matou 85 pessoas. A Justiça argentina atribuiu os dois atentados ao Irã e ao Hezbo llah.

Folhapress

Irã atinge o caça mais moderno dos EUA pela 1ª vez em combate



Um caça de quinta geração F-35, o mais moderno do arsenal dos Estados Unidos, foi atingido pela primeira vez em combate na história sobre o Irã. O avião foi avariado, mas o piloto conseguiu pousá-lo em segurança numa base não revelada no Oriente Médio.

O incidente foi revelado nesta quinta-feira (19), o 20º dia da guerra iniciada pelos EUA e Israel contra a teocracia, pela rede CNN. Um porta-voz do Comando Central das Forças Armadas americanas, Tim Hawkins, disse que "o incidente está

sob investigação". A hipótese mais provável é de que o F-35 tenha sido atingido por fogo antiaéreo do Irã, algo que tanto Donald Trump quanto o premiê Binyamin Netanyahu afirmam ser impossível dada a supremacia da coalizão americano-israelense nos céus do rival.

Tal vantagem existe, mas é relativa. Apesar de a estrutura de defesa iraniana ter sido duramente alvejada no conflito, ela pode ter preservado alguns lançadores móveis ou mesmo portáteis. Como não se sabe a altitude em que o F-35 voava, isso por ora é especulativo.

O caça, que tem tecnologia furtiva ao radar, é operado na região a partir principalmente da base de Muwaffaq, na Jordânia, e do porta-aviões USS Abraham Lincoln no caso, sua versão naval, a F-35C. Há ainda cerca de 20 F-35B, de decolagem vertical, a caminho no navio de desembarque anfíbio USS Patriot, deslocado do Japão.

Antes, os EUA só tinham perdido em combate três caças F-15E, abatidos ao que tudo indica por um F/A-18 do Kuwait naquilo que parecia ser um incidente de fogo amigo.

Igor Gielow/Folhapress

**DATA
MERCANTIL** **São Paulo**

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Petróleo chega a subir 10% e GNL, 35%, após ataques a instalações energéticas no Oriente Médio



Os preços do petróleo dispararam nesta quinta-feira (19), com o Brent, referência do mercado, atingindo seu maior nível em mais de uma semana, ultrapassando os US\$ 119 por barril, depois que o Irã atacou instalações energéticas em todo o Oriente Médio, em resposta ao ataque de Israel ao seu campo de gás de Pars Sul.

Os contratos futuros do Brent chegaram a atingir US\$ 119,11 (R\$ 625,97), alta de 10,92%, às 6h15 (horário de Brasília), pouco depois da abertura dos mercados da Europa. O valor foi o maior desde 9 de março, quando o barril atingiu US\$ 119,46.

Às 15h05, o contrato de maio era negociado a US\$ 108,08 (R\$ 568,01), alta de 0,65%. Já o petróleo WTI (West Texas Intermediate) atingiu US\$ 100,44 (R\$ 527,85), às 12h45, o seu pico no dia, com alta de 4,80%, e passou a cair para US\$ 94,90 (R\$ 498,74), às 15h05.

O WTI tem sido negociado com seu maior desconto em relação ao Brent em 11 anos, devido à liberação das reservas estratégicas dos EUA e aos custos mais altos de frete, enquanto os novos ataques às instalações de energia do Oriente Médio impulsionaram o apoio ao Brent.

O preço do GNL (gás natural liquefeito) também disparou nesta quinta-feira,

com alta de 35% nos contratos negociados na Europa.

O índice de referência TTF, que determina o preço de muitos contratos de fornecimento de gás, subiu até 35% para atingir 74 euros (R\$ 448,70) por MWh, seu nível mais alto desde o início da guerra, antes de recuar para 65 euros (R\$ 394) por MWh. Antes da guerra, o preço estava em torno de 32 euros por MWh.

"A escalada no Oriente Médio, os ataques à infraestrutura de petróleo e a morte da liderança iraniana apontam para uma interrupção prolongada no fornecimento de petróleo", afirmou Priyanka Sachdeva, analista da Phillip Nova, em uma nota.

Folhapress

Mercado vive turbulência com infraestrutura petrolífera sob ataque

Os recentes ataques de Israel e do Irã a instalações e infraestruturas de extração de petróleo e de gás natural do Oriente Médio fizeram com que os preços do barril do tipo Brent disparassem, chegando a US\$ 119 na manhã desta quinta-feira (19).

Diante da escalada de preços, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, acenou com a possibilidade de autorizar a comercialização do petróleo iraniano que se encontra armazenado em navios na região.

A estratégia para conter a alta de preços foi apresentada durante entrevista ao programa Mornings with Maria, da Fox Business. Com isso, a cotação do barril recuou para US\$ 108.

A alta recente do barril tipo Brent, que é a referência de preços para o mercado internacional, foi impulsionada após Israel ter atacado, na quarta-feira (18), o campo de gás Pars, que o Irã divide com o Catar no Golfo Pérsico.

Em resposta, o Irã ata-

cou, ainda na quarta-feira, a refinaria de Ras Laffan. Já na madrugada desta quinta-feira, os alvos foram instalações de gás natural no Catar, depois de o presidente dos EUA, Donald Trump, ter ameaçado destruir a totalidade do campo de gás iraniano de South Pars, o maior do mundo.

Pela segunda vez, desde junho de 2025, Israel e os Estados Unidos lançaram ataques contra o Irã em meio às negociações sobre o programa nuclear e balístico do país persa.

A ofensiva mais recente teve início em 28 de fevereiro, quando EUA e Israel bombardearam a capital, Teerã. O líder supremo do país, aiatolá Ali Khamenei, morreu neste ataque, além de outras autoridades. O filho do aiatolá, Mojtaba Khamenei, foi escolhido novo líder do país.

O Irã, por sua vez, disparou mísseis contra países árabes do Golfo com presença militar dos Estados Unidos, como Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e Jordânia.

Pedro Peduzzi/ABR

Em 2024, taxa de inovação das empresas brasileiras chegou a 64,4%



Em 2024, o Brasil tinha 10.165 empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas nas Indústrias extrativas e de transformação. Desse total, 64,4% introduziram algum produto novo ou substancialmente aprimorado e/ou incorporaram algum processo de negócios novo ou aprimorado para uma ou mais de suas funções de negócios.

Esse resultado correspondeu a uma redução de 0,2 ponto percentual da taxa de inovação em relação ao ano de 2023 (64,6%), representando a terceira queda consecutiva desse indicador desde 2021, quando foi 70,5%.

A taxa de inovação foi maior nas empresas de

maior porte, chegando a 75,4% nas empresas com mais de 500 pessoas ocupadas.

Os dados são da Pesquisa de Inovação Semestral 2024: Indicadores básicos (Pintec), divulgada nesta quinta-feira (19) pelo IBGE.

Em 2024, 32,7% das empresas analisadas inovaram em produto e processo de negócios, 1,7 ponto percentual inferior ao registrado em 2023 (34,4%), com a menor taxa de inovação observada em ambas as categorias, quando comparada ao primeiro ciclo da Pintec Semestral, em 2021.

As empresas que inovaram só em produto também apresentaram, em 2024, a menor taxado período (12,5%) em relação aos

anos anteriores. Por sua vez, as empresas que inovaram só em processo de negócios, em 2024, tiveram taxas maiores do que as observadas em 2023, 19,2% frente a 16,6%, o que correspondeu a um acréscimo de 2,6 pontos percentuais.

Segundo o analista da Pintec, Flávio Peixoto, essa queda pode ser atribuída à conjuntura econômica.

"2021 foi um ano muito atípico de pós-pandemia. As atividades produtivas e inovativas estavam bastante represadas. Nos três últimos anos as atividades ficaram mais estáveis. A taxa de investimentos também caiu e houve alta da taxa de juros, a Selic", disse o analista.

Ana Cristina Campos/ABR

POLÍTICA

PUBLICIDADE LEGAL

Lula pressiona governadores a zerar ICMS do diesel para conter impacto da guerra



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou, nesta quinta-feira (19), a adesão de governadores à proposta de zerar o ICMS sobre a importação de diesel. Segundo ele, a União está disposta a compensar metade das perdas de arrecadação, em uma tentativa de conter os efeitos da alta internacional do petróleo.

"Os governadores poderiam fazer uma isenção do ICMS. Poderiam. Para não permitir o aumento", disse Lula durante evento em São Paulo, acrescentando que o governo federal arcaria com metade da renúncia. "Nós vamos pagar metade. Vamos ver se eles vão fazer."

A declaração ocorre após o Ministério da Fazenda apresentar aos estados,

nesta quarta-feira (18), uma proposta de isenção temporária do imposto sobre o diesel importado, com custo estimado em R\$ 3 bilhões para o governo federal e valor equivalente para os governos estaduais em dois meses. A medida busca reduzir o preço do combustível diante de pressões externas, como a guerra no Irã, que afetam o mercado de petróleo.

Lula vinculou a iniciativa diretamente ao impacto da guerra no cotidiano da população. Segundo ele, é preciso fazer sacrifícios para impedir que a alta dos combustíveis chegue "ao prato do feijão com arroz do povo brasileiro" e ao custo da merenda escolar.

Lula também fez críticas ao Banco Central ao comen-

tar a decisão de reduzir a taxa básica de juros em 0,25%, abaixo da expectativa manifestada por ele. O presidente questionou a justificativa de que o cenário internacional teria influenciado a cautela da autoridade monetária. "Eu esperava que o nosso Banco Central abaxasse os juros em pelo menos 0,5 [ponto percentual] e baixou só 0,25, dizendo que é por causa da guerra. Essa guerra até no nosso Banco Central? Não é possível", afirmou.

O presidente também disse que voltou a conversar, nas últimas semanas, com líderes de países que integram o Conselho de Segurança da ONU e cobrou uma atuação mais efetiva do órgão diante dos conflitos internacionais.

Folhapress

Lula confirma Dario Durigan como ministro da Fazenda



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou nesta quinta-feira (19) que Dario Durigan será o novo ministro da Fazenda, no lugar de Fernando Haddad.

"Quero cumprimentar o companheiro Dario Durigan. Dario será o substituto do Haddad no Ministério da Fazenda. Olhem bem para a cara dele, que é dele que vocês vão cobrar muitas coisas", disse Lula durante a abertura da 17ª Caravana Federativa, na zona norte de São Paulo.

Durigan é atualmente secretário-executivo da pasta.

Haddad vai deixar o governo federal nesta sex-

ta-feira (20), quando está prevista a publicação da sua exoneração do cargo. Ele deve anunciar sua pré-candidatura ao Governo de São Paulo, junto do presidente, em uma entrevista marcada para iniciar às 19h desta quinta no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, berço político de Lula.

"É um dia muito especial, porque estou deixando o ministério da Fazenda", declarou Haddad.

"Haddad passará para a história como o ministro da Fazenda mais exitoso da história deste país por ter aprovado uma reforma tributária que estava parada há 40 anos", declarou Lula.

Batizado de "CEO" do ministério, em referência ao cargo máximo de grandes empresas, é Durigan quem organiza os fluxos, delega tarefas, faz cobranças e centraliza as informações dos diversos temas da pasta.

Ele também é um dos principais articuladores políticos do ministério e construiu contato direto com parlamentares e com o Palácio do Planalto na discussão da agenda econômica no Congresso, principalmente nos temas fiscais.

Ele já tem tomado a frente de algumas frentes da pasta, como as atuais medidas para conter os preços dos combustíveis por causa da guerra no Irã.

Folhapress

Ysla Comércio Varejista de Roupas Ltda.

CNPJ/MF nº 22.087.674/0001-08 – NIRE 35.230.988.970

Ata de Reunião de Sócios realizada em 13 de fevereiro de 2026

1. **Data, Hora e Local:** Aos 13/02/2026, às 10h00, na sede da Ysla Comércio Varejista de Roupas Ltda., pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Jannarelli, nº 318, Vila Progridior, CEP 05.615-000 ("Sociedade"). 2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme o disposto no artigo 1.072, § 2º, da Lei 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), por estar presente a totalidade dos sócios, representando 100% do capital social da Sociedade, a saber: (i) **Isabela Barros Frugieule Hamoui**, brasileira, casada sob o regime da separação total de bens, empresária, nascida em 19/08/1982, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.367.698-9 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob nº 227.167.888-98, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio José da Silva, nº 60, Jardim Europa, CEP 01.450-060 ("Isabela"); e (ii) **Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti**, brasileira, empresária, solteira, nascida em 16/03/1982, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.276.874 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob nº 214.978.548-06, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, nº 1.272, apartamento 12, Cerqueira César, CEP 01.414-002 ("Maria Isabel"), e, em conjunto com Isabela, "Sócias". 3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelas Sras. **Isabela Barros Frugieule Hamoui** e secretariados pela Sra. **Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti**. 4. **Ordem do Dia:** Reuniram-se as Sócios da Sociedade para examinar, analisar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovar a redução do capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, no montante de R\$ 1.000.000,00, mediante o cancelamento de 1.000.000 de quotas da Sociedade; e (ii) a autorização aos administradores da Sociedade para praticarem quaisquer atos necessários à implementação das matérias acima indicadas. 5. **Deliberações:** Analisadas as matérias constantes da ordem do dia, as Sócios da Sociedade deliberaram o quanto segue: 5.1 Registrar que a ata que se refere a presente reunião será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos. 5.2 Aprovar a redução do capital social da Sociedade, considerado excessivo em relação às atividades constantes do seu objeto social, no montante de R\$ 1.000.000,00, passando dos atuais R\$ 17.848.908,00, para R\$ 16.848.908,00, mediante o cancelamento de 1.000.000 quotas de emissão da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, de modo que o capital social da Sociedade passa a ser representado por 16.848.908 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, distribuídas entre as Sócios da seguinte maneira:

Sócios	Número de Quotas	Valor Nominal (R\$)	Percentual
Isabela Barros Frugieule Hamoui	8.424.454	R\$ 8.424.454,00	50,00%
Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti	8.424.454	R\$ 8.424.454,00	50,00%
Total	16.848.908	R\$ 16.848.908,00	100%

5.2.1. Ato contínuo, consignar que, nos termos do artigo 1.084, § 1º, do Código Civil, durante o prazo de 90 dias, contados da data de publicação desta ata, eventuais credores quirográficos por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Sociedade ora deliberada. 5.2.2. Consignar que a redução do capital social da Sociedade, ora deliberada, somente se tornará efetiva findo o prazo mencionado no item 5.2.1 acima, (i) mediante a inexistência de oposição de credores quirográficos por títulos anteriores à data de publicação desta ata, ou, (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento do seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 1.084, § 2º, do Código Civil, ocasião na qual as Sócios deverão promover a alteração do Contrato Social da Sociedade de forma a refletir a referida redução. 5.2.3. Uma vez efetivada a redução do capital social da Sociedade, conforme aprovado no item 5.2 acima, o valor da redução será restituído às Sócios em moeda corrente nacional, sem a incidência de juros, correção monetária ou qualquer outra forma de ajuste de valor no tempo, em uma ou mais parcelas, de forma proporcional a participação societária que as Sócios detêm na Sociedade, no prazo de até 12 meses contados da efetivação da redução do capital social. 5.3. Uma vez transcorrido o prazo de 90 dias previsto no item 5.2.1 acima, as Sócios deverão formalizar, no âmbito de Alteração do Contrato Social da Sociedade, a alteração da redação do caput da Cláusula 4ª do Contrato Social, a qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Cláusula 4ª. O capital da Sociedade é de R\$ 16.848.908,00, divididos em 16.848.908 quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente do País, distribuídas entre as sócias nas seguintes proporções:

Sócios	Número de Quotas	Valor Nominal (R\$)	Percentual
Isabela Barros Frugieule Hamoui	8.424.454	R\$ 8.424.454,00	50,00%
Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti	8.424.454	R\$ 8.424.454,00	50,00%
Total	16.848.908	R\$ 16.848.908,00	100%

5.5. Por fim, as Sócios autorizam os administradores da Sociedade a tomarem todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas, perante quaisquer entidades públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior, incluindo, sem limitação, a publicação desta ata de reunião de sócios no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação da sede social, nos termos do artigo 1.152, § 1º da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"). 6. **Encerramento:** Nada mais a tratar, o Presidente declarou encerrada esta reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada digitalmente por todos os presentes. São Paulo/SP, 13/02/2026. **Mesa:** **Isabela Barros Frugieule Hamoui** – Presidente; **Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti** – Secretária. **Sócias:** **Isabela Barros Frugieule Hamoui**; **Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti**.



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.



FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Gilmar critica CPI e suspende quebra de sigilo de fundo sócio de resort ligado a Toffoli

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes suspendeu a quebra de sigilo do fundo Arleen que havia sido aprovada nesta quarta (18) pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Crime Organizado.

O fundo de investimentos é ligado à administradora Reag, investigada no escândalo do Banco Master. Em 2021, a empresa Maridt, da família do ministro Dias Toffoli, vendeu ao Arleen uma participação no Tayayá, resort de luxo em Ribeirão Claro (PR).

De acordo com Gilmar, a votação na CPI sobre a quebra de sigilo foi simbólica e em bloco, sem discussão sobre os pressupostos da quebra de sigilo no caso do fundo Arleen, o que justifica a anulação da medida.

"Diante da gravidade de que se reveste o requerimento de quebra de sigilo, a Constituição demanda análise fundamentada de cada caso, com debate e deliberação motivada", afirma o ministro, frisando que isso não ocorreu no caso em questão. O decano criticou a CPI por insistir em uma providência que já foi declarada inconstitucional pelo Supremo anteriormente, o que significa uma burla. Segundo o ministro, o ato da comissão "denota a prática de fraude à decisão judicial".

"Essa conduta não pode ser tolerada, pois teria como consequência o comprometimento da própria autoridade das decisões do Poder Judiciário, cuja observância constitui pilar estruturante do Estado Democrático de Direito", escreveu.

Mauá Luz SPE Ltda.
CNPJ/MF nº 26.529.868/0001-77

Balanco Patrimonial (Em Reais)					
	dez/25	dez/24			
Circulante	82.494.511,48	62.157.345,11	Circulante	721.577,19	402.009,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.997.858,91	1.432.310,58	Exigível a Curto Prazo	721.577,19	402.009,65
Caixa	2.000,00	2.000,00	Empréstimos e Financiam.	-	-
Bancos	630.000,00	-	Fornecedores	219.704,06	3.682,00
Aplicações em Liquidez Imediata	1.365.858,91	1.430.310,58	Obrigações Trabalhistas	129.069,87	125.013,32
Realizável a Curto Prazo	80.496.652,57	60.725.034,53	Obrigações Tributárias	115.768,04	78.879,56
Clientes	9.163.300,87	6.555.549,32	Impostos Diferidos	213.867,64	145.738,70
Direitos com Terceiros	42.711.586,00	30.305.313,35	Outras Contas a Pagar	43.167,58	48.696,07
Impostos a Compensar	26.175,07	230.859,88	Não Circulante	209.629.459,23	84.476.636,05
Ativo Financeiro	28.595.590,63	23.633.311,98	Exigível a Longo Prazo	209.629.459,23	84.476.636,05
Não Circulante	127.956.524,94	120.716.862,27	Impostos Diferidos	6.011.808,78	12.677.258,90
Realizável a Longo Prazo	127.943.689,19	120.698.699,21	Fornecedores	77.147.380,26	71.799.377,15
Ativo Financeiro	127.943.689,19	120.698.699,21	Outras Contas a Pagar	126.470.270,19	-
Ativo Permanente	12.835,75	18.163,06	Patrimônio Líquido	100.000,00	97.995.561,68
Bens em Operação	43.153,05	-	Capital Integralizado	100.000,00	100.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(30.317,30)	(24.989,99)	Resultados Acumulados	-	78.207.524,41
Bens Intangível	-	-	Resultado do Exercício	-	19.688.037,27
(-) Amortização Acumulada	-	-	Total do Passivo	210.451.036,42	182.874.207,38
Total do Ativo	210.451.036,42	182.874.207,38			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)				
	Capital Social	Resultados Acumulados	Resultado do Exercício	Total
Saldo: dez/23	100.000,00	64.325.542,59	13.881.981,82	78.307.524,41
Transferência entre contas	-	13.881.981,82	(13.881.981,82)	-
Ajuste de resultados anteriores	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	19.688.037,27	19.688.037,27
Saldo: dez/24	100.000,00	78.207.524,41	19.688.037,27	97.995.561,68
Transferência entre contas	-	19.688.037,27	(19.688.037,27)	-
Ajuste de resultados anteriores	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	(28.574.708,51)	28.574.708,51	-
Constituição Dividendos a Pagar	-	(97.895.561,68)	-	(97.895.561,68)
Saldo: dez/25	100.000,00	(28.574.708,51)	28.574.708,51	100.000,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Mauá Luz SPE Ltda. (a seguir denominada “Mauá Luz” e/ou “Companhia”) foi constituída em 10/11 /2016, com sede na cidade de Mauá, estado de São Paulo. A empresa tem como objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no Município de Mauá. Toda a parte técnica relacionada a execução de serviços de engenharia – civil, eletrônica, elétrica, mecânica, hidráulica e outras – será de exclusiva competência de engenheiros habilitados e devidamente registrados no CREA – Conselho regional de engenharia, e agronomia do estado de São Paulo, assim como, a execução de serviços relacionados às atividades de nível superior nas áreas administrativas em geral, serão de exclusiva competência de Administradores habilitados e devidamente registrados no CRA – Conselho regional de administração, os quais gozarão de ampla autonomia na realização de projetos e execução de obras, respondendo, entretanto, como profissionais liberais, solidariamente à Sociedade por quaisquer danos e prejuízos a terceiros causados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor para os registros iniciais, que depois podem sofrer variação do custo histórico. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Baseado neste fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estas estimativas. A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pelos sócios e autorizada pela Administração da Mauá Luz em 31 de janeiro de 2026, estando aprovadas para divulgação. moeda funcional da Mauá Luz é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis – a) Apuração do resultado: O resultado foi apurado segundo o regime de competência do período para a contabilização das receitas, custos e despesas. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalência de caixa incluem numerários e depósitos bancários de liquidez imediata, as quais são firmadas com instituições financeiras nacionais. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 está substancialmente composto por aplicações de renda fixa com juros pós-fixados, concentradas principalmente em Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (vide nota explicativa n°4). c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativo circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidas das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (vide nota explicativa n°5). d) Demais ativos circulantes e não circulante: Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de custo, acrescidos ou reduzidos, quando aplicável, dos respectivos rendimentos ou provisão para perdas. e) Fornecedores: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, se necessário, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva (vide nota explicativa n°9). f) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos. g) Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido (vide nota explicativa n° 16). i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício após a reversão e diferimento das receitas (regime caixa) e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii. Receita de imposto de renda e contribuição social diferido. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa/receita de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h) Reconhecimento da receita: Receita de contratos com clientes: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável (vide nota explicativa n° 12). A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as características de cada prestação de serviço. A Companhia aplica o modelo do CPC 47 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente os juros recebidos e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente ao juros pagos e despesas bancárias (vide notas explicativas n°s 14 e 15). i) Ativo financeiro: Refere-se à parcela de valores a receber decorrente do contrato de parceria público privado firmado com a Prefeitura de Mauá. Estão registrados com base na aplicação de Interpretação Técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” e da Orientação Técnica OCP 05 “Contratos de Concessão” (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 “Instrumentos Financeiros”. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos investimentos na iluminação das vias públicas, por meio de contratos de Parceria Público Privada, de concessão administrativa para gestão de serviços de iluminação pública, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação e eficiência energética. (vide nota explicativa n° 8). j) Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial instrumentos financeiros não derivativos, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, assim como fornecedores e outras contas a pagar. As práticas contábeis utilizadas para valorização dos ativos e passivos financeiros estão reconhecidas a valores que não diferem dos de mercado.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais)			
	dez/25	dez/24	
Receita Bruta Operacional			
Receita de Serviços	30.899.305,53	26.006.812,95	
Receita de Construção	13.250.907,40	10.747.733,37	
Receitas Financeiras Ativo Financeiro	22.694.823,12	24.026.952,76	
(-) Deduções da Receita	(25.664.941,62)	(21.497.914,63)	
Receita Líquida de Serviços	41.180.094,43	39.283.584,45	
(-) Custo dos Serviços	(19.592.922,50)	(18.614.359,52)	
Lucro Bruto	21.587.171,93	20.669.224,93	
Despesas e Receitas Operacionais			
Despesas Administrativas	(28.201,99)	(1.079.105,61)	
Despesas Tributárias	(34.647,83)	(23.258,59)	
Despesas Financeiras	(3.261,77)	(10.942,11)	
Receitas Financeiras	276.465,13	217.321,53	
Resultado Operacional	21.797.525,47	19.773.240,15	
Outras Receitas e Despesas			
Outras Receitas	-	3.252,14	
Outras Despesas	(13.988,21)	(3.375,73)	
Resultado antes da CS e IR	21.783.537,26	19.773.116,56	
Contribuição Social	1.773.763,92	(29.392,62)	
Imposto de Renda	5.017.407,33	(55.686,67)	
Resultado do Exercício	28.574.708,51	19.688.037,27	

Demonstração de Fluxo de Caixa – Indireto (Em Reais)			
	dez/25		
Atividades Operacionais			
Lucro do Exercício		28.574.708,51	
Depreciação		5.327,31	
Amortização		-	
Ajuste de resultados anteriores		-	
Resultado Ajustado		28.580.035,82	
Clientes		(2.607.751,55)	
Direitos com Terceiros		(12.406.272,65)	
Impostos a Compensar		204.684,81	
Ativo Financeiro		(12.207.268,63)	
Fornecedores		5.564.025,17	
Obrigações Trabalhistas		4.056,55	
Obrigações Tributárias		36.888,48	
Outras Contas a Pagar		126.464.741,70	
Impostos Diferidos		(6.597.321,18)	
Atividades Operacionais		127.035.818,52	
Aquisição de Imobilizado		-	
Atividades de Investimento		-	
Empréstimos e Financiamentos		-	
Distribuição de Lucros		(126.470.270,19)	
Atividades de Financiamento		(126.470.270,19)	
Fluxos de Caixa		565.548,33	
Variação de Caixa		565.548,33	
(+) Saldo Inicial		1.432.310,58	
(-) Saldo Final		1.997.858,91	

(a) O saldo a pagar refere-se a fornecimento de materiais utilizados na prestação de serviços. (b) A conta de fornecedores a faturar refere-se a despesas apropriadas, mas ainda não faturadas, decorrentes de serviços de construção.

10. Impostos Diferidos			
	2025	2024	
PIS	878.509,70	742.383,31	
COFINS	5.347.166,72	4.528.275,56	
CSLL	0,00	1.988.569,53	
IRPJ	0,00	5.563.769,20	
Total	6.225.676,42	12.822.997,60	
Circulante	213.867,64	145.738,70	
Não Circulante	6.011.808,78	12.677.258,90	
Total	6.225.676,42	12.822.997,60	

11. Patrimônio líquido – O Capital Social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em 31 de dezembro de 2025 e é representado por 100.000 (cem mil) quotas, totalmente integralizada em moeda corrente nacional pelos sócios.

12. Receita operacional líquida			
	2025	2024	
Receita de serviços	30.899.305,53	26.006.812,95	
Receita de construção	13.250.907,40	10.747.733,37	
Receitas Financeiras Ativo Financeiro	22.694.823,12	24.026.952,76	
(-) ISS	(4.972,43)	(1.592,55)	
(-) PIS	(261.964,42)	(258.497,87)	
(-) COFINS	(1.434.947,76)	(1.432.382,30)	
(-) Amortização Ativo Financeiro	(23.963.057,01)	(19.805.441,91)	
Total	41.180.094,43	39.283.584,45	

13. Custos dos serviços prestados			
	2025	2024	
Custos de construção	13.250.907,40	10.747.733,37	
Pessoal	852.891,55	833.495,47	
Serviços de terceiros	2.159.248,16	2.575.935,87	
Aluguéis	1.610.602,44	1.949.524,94	
Depreciação e Amortização	5.327,31	17.619,63	
Outros	1.880.000,36	2.720.355,44	
Créditos Tributários de Pis e Cofins	(166.054,72)	(20.305,20)	
Total	19.592.922,50	18.614.359,52	

14. Receitas financeiras			
	2025	2024	
Rendimento Aplicações Financeira	270.297,64	181.108,06	
Juros Ativos	19.649,89	46.811,34	
Outros	0,14	0,40	
Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(13.482,54)	(10.598,27)	
Total	276.465,13	217.321,53	

15. Despesas financeiras			
	2025	2024	
Multas e Juros passivos	884,15	7.675,03	
Despesas bancárias	2.377,62	3.267,08	
Total	3.261,77	10.942,11	

16. Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – O IRPJ e a CSLL foram calculados com base no resultado, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. A reconciliação do IRPJ e CSLL calculados com base nas alquotas nominais para o valor registrado como despesa é assim demonstrada:

	2025	2024	
Lucro contábil antes de impostos	21.783.537,26	19.773.116,56	
Variação Monetária e Juros – Ativo Financeiro	(18.387.912,65)	(19.309.942,72)	
Despesas Indedutíveis	13.988,21	3.375,73	
Lucro real – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	3.409.612,82	466.549,57	
Compensação de Prejuízo Fiscal	(1.022.883,85)	(139.964,87)	
Lucro real – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	2.386.728,98	326.584,70	
Despesa de contribuição social à alquota nominal (9%)	214.805,61	29.392,62	
Despesa de imposto de renda à alquota nominal (15%)	331.688,98	47.028,20	
Despesa de imposto de renda à alquota nominal (10%) – adicional	R\$214.672,90	8.658,47	
Total do IRPJ e CSLL Corrente no Resultado	761.167,48	85.079,29	

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados a compensar com lucros tributáveis futuros no valor total de R\$ 5.067.493,84.

17. Contingências – Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não está envolvida em processos judiciais de polo ativo ou passivo.

18. Eventos subsequentes – Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Contábeis, não foram constatadas e nem é de conhecimento da Administração da entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações contábeis.

Fernando Francisco de Moura
Contador CRC 1SP 222.641/O-1

PUBLICIDADE LEGAL

EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ/MF nº 51.136.974/0001-38 - NIRE 35300618041

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/03/2026

I. Data, Horário e Local: 09/03/2026, às 11hs, no endereço da sede social da EPR Infraestrutura PR S.A. (“Companhia”), localizada no Município e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala nº 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das S.A.”), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia. **III. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga e Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação das deliberações aprovadas no item “(i)” da ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/12/2025, em razão de ter constatado o valor equivocado referente à reversão do saldo da reserva de lucros a realizar e dos dividendos intermediários decorrentes da reversão. **V. Deliberações:** Após oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: **(I)** Aprovar a rerratificação do item “(i)” da ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/12/2025, registrada na JUCESP sob o nº 13.691/26-0, em 28/01/2026, em razão de ter constatado o valor equivocado referente à reversão do saldo da reserva de lucros a realizar e dos dividendos intermediários decorrentes da reversão, quando, efetivamente, deveria ter constatado a seguinte redação: “(i) *Aprovar a reversão do valor de R\$ 276.505.587,89 do saldo da reserva de lucros a realizar na data base de 30/09/2025, para destinação de dividendos intermediários, a serem distribuídos da seguinte forma: a. R\$ 262.680.308,50 serão destinados ao acionista titular de ações preferenciais, Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações - IE; b. R\$ 73.825.279,39 serão destinados ao acionista titular de ações ordinárias, EPR Participações S.A. Os dividendos ora declarados deverão ser pagos pela Companhia aos Acionistas no menor prazo possível, observadas a política de caixa e a política de dividendos da Companhia, observado o acordo de acionistas da Companhia, e, em qualquer cenário, até a data limite de 37/07/2035.*” **(ii)** Autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretizar a deliberação acima. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada por meio digital. Acionistas Presentes - EPR Participações S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações - IE (Por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg e Camilla Sisti). São Paulo/SP, 09/03/2026. JUCESP nº 138.312/26-6 em 8/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Serra Azul Water Park S.A.

CNPJ/MF nº 00.545.378/0001-70

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Serra Azul Water Park S.A.**, sociedade por ações com sede no Município de Itupeva, Estado de São Paulo, na Avenida Serra Azul nº 1.000, Bairro Rio Abaixo, CEP 13299-602, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.545.378/0001-70 (“Companhia”), com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.3.0014168-7, em sessão de 6 de abril de 1995, e demais alterações, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de março de 2026, às 14:00 horas em primeira convocação e, não havendo a presença de acionistas titulares de um quarto (1/4) das ações da Companhia com direito a voto, às 14:30 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, de modo exclusivamente digital (por meio da plataforma eletrônica Zoom, cujas informações de acesso serão franqueadas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, via e-mail ou WhatsApp previamente fornecidos pelo acionista à administração da Companhia, com a seguinte Ordem do Dia: (1) rerratificar a deliberação havida no item (1) da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, de modo a adequar o prazo para pagamento dos dividendos intercalares distribuídos aos acionistas da Companhia, de 31 de março de 2026 para 31 de março de 2027; e (2) autorizar a administração da Companhia a praticar os atos necessários à implementação da deliberação acima. Os acionistas da Companhia que desejarem se fazer representados por procurador na Assembleia deverão enviar as respectivas procurações devidamente assinadas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da realização da Assembleia. Itupeva/SP, 20 de março de 2026. **Alain Baldacci** – Diretor Presidente da Serra Azul Water Park S.A. (20, 21 e 24/03/2026)

TJ/SP – Comarca de São Paulo

Certidão – Processo 117945-74.2024.8.26.0100

Certidão de Remessa de Relação

Posto isso, acolho o pedido inicial a fim de reconhecer a INCAPACIDADE RELATIVA e decretar a INTERDIÇÃO de Massimo Terracini, RG W658303LDPAMFEX, CPF 01086642872, com endereço à Tucuma, 177, Apto. 41b, Jardim Europa, CEP 01455-010, São Paulo-SP, nascido em Turim, Itália, em 20/07/1936, filho de Emilio Terracini e Germana Terracini, portador de “Demência não especificada, F03 pela CID-10, afetando todos os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando-lhe curadores DANIELA TERRACINI, Brasileira, Casada, Desempregada, RG 10556206, CPF 08237518802, das Dracenas, 72, Casa 02 – Lote 02 Quadra 02, Chácara Moinho Velho, CEP 06351-250, Carapicuíba-SP FABIO TERRACINI, Brasileiro, Casado, Economista, RG 10.556.207, CPF 09409680883, Raposo Tavares, 22140, Casa, Lageadinho, CEP 06709-015, Cotia-SP. Em obediência ao disposto no § 3º do artigo 755 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores (no sítio deste Tribunal de Justiça) e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça. A publicação na imprensa local deve ser providenciada pelos curadores, no prazo máximo de quinze dias, comprovando nos autos, sob pena de destituição e responsabilização pessoal. Caso a parte tenha sido beneficiada com a gratuidade judicial, a publicação na imprensa local fica dispensada (art. 98, III, do CPC). A publicação na rede mundial de computadores ocorre com a mera confirmação da movimentação desta sentença, publicada no portal eSAJ do Tribunal de Justiça. Finalmente, a publicação na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça fica dispensada enquanto não for criada e estiver em efetivo funcionamento. Serve ainda esta sentença, desde acompanhada da certidão de trânsito em julgado, como mandado para registro da interdição no Cartório de Registro Civil competente, para que o Sr. Oficial da Unidade de Registro Civil das Pessoas Naturais competente proceda ao seu cumprimento, sendo que o assento de casamento do interditado foi lavrado sob a matrícula 1150480155196420009026500 1806413, RCPN – São Paulo – 19º Subdistrito – Perdizes. Esta sentença, assinada digitalmente, servirá também como termo de compromisso e certidão de curatela, válidos por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do curador (art. 759, I, do CPC), para todos os fins legais. Deverão os curadores imprimi-la diretamente no portal eSAJ do Tribunal de Justiça, sem necessidade de comparecimento em cartório. Ante a ausência de patrimônio vultoso de titularidade do interditado, bem como a presumida idoneidade dos curadores, dispensa-se a prestação de caução para o exercício da curatela (art. 1.745 e art. 1.774, do CC). Os curadores deverão prestar, anualmente, contas de sua administração, apresentando o balanço do respectivo ano (art. 84, § 4º, da Lei 13.146/15), ficando vedada a prática de disposições de bens e direitos da incapaz sem autorização deste Juízo de interdição, com fulcro nos artigos 1.748, 1.749, 1.750 e 1.781 do CC. (“Outros procedimentos de jurisdição voluntária – classe 1294 e assunto 50299”, por dependência à presente interdição). Os curadores deverão manter consigo os comprovantes de recebimentos e despesas realizadas em nome do interditado, para a prestação de contas ao Juízo, conforme artigo 84, § 4º, da Lei nº 13.146/05. Ressalto que o dever de prestação de contas se constitui quando se adminstra bens, valores ou interesses de terceiro, e no presente caso, a nomeação como curadores provisórios fixa o termo inicial para o cumprimento de tal dever (dezembro de 2024). Considerando o crédito constante na DIRFP do curatelado em relação ao curador Fábio, este deverá se responsabilizar pelas despesas do interditado até que apresente a quitação dos valores. Deve ainda o curador prestar contas dos valores pagos referentes ao ano de 2025. Nesse passo: 1. Oficie-se ao INSS para que passe a depositar o benefício previdenciário do interditado MASSIMO TERRACINI em conta judicial vinculada ao feito. Servirá a presente sentença, assinada digitalmente, como ofício. A autenticidade pode ser verificada no site do Tribunal de Justiça na página http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.Do Advirta-se que a resistência injustificada à ordem é capaz de caracterizar ato atentatório à dignidade da justiça, podendo ser aplicada multa, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material. A resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça, em arquivo no formato PDF, sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo “assunto” o número do processo. 2. Oficiem-se aos Bancos Itaú-Unibanco e Citibank para que bloqueiem o levantamento das contas/aplicações em nome do interditado MASSIMO TERRACINI, restando autorizada a movimentação e reaplicação dos valores dentro da mesma instituição pelos curadores. Servirá a presente sentença, assinada digitalmente, como ofício. A autenticidade pode ser verificada no site do Tribunal de Justiça na página http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.Do Advirta-se que a resistência injustificada à ordem é capaz de caracterizar ato atentatório à dignidade da justiça, podendo ser aplicada multa, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material. A resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça, em arquivo no formato PDF, sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo “assunto” o número do processo. 3. Apresentem os curadores planilha dos gastos essenciais do curatelado (cuidadores/home care, plano de saúde, medicamentos/insunoms, consultas/exames, moradia, tributos e utilidades) para controle. Prazo: 10 dias. Providencie a z.Serventia o encaminhamento dos ofícios, por e-mail. Custas na forma da lei (fls. 46/47). Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário. P.R.I.Ciência ao Ministério Público. São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Playkids Internet Móvel S.A.

CNPJ/MF nº 23.909.174/0001-77 – NIRE 35.300.487.273

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 09 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 09 dias do mês de junho de 2025, às 10:00 horas, na sede da **Playkids Internet Móvel S.A.**, localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 150, Conjunto 01, Jardim Madalena, CEP 13091-611 (“Companhia”). **2. Convocação, Publicação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Sr. **Guilherme Henrique de Campli Martins**, Presidente; e Sr. **Leonardo Ribeiro de Paula**, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a retificação e ratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de maio de 2025; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir o valor correto do capital social. **5. Deliberações:** Após a análise das matérias constantes da ordem do dia, as acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) Retificar o valor do capital social constante no Artigo 5º da versão consolidada do Estatuto Social anexo à ata da Assembleia Geral Extraordinária de 26 de maio de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 177.926/25-9, em sessão de 6 de junho de 2025, uma vez que, por equívoco, foi informado o valor de R\$67.819.084,00 (sessenta e sete milhões, oitocentos e dezenove mil e oitenta e quatro reais), dividido em 72.976.906 (setenta e dois milhões, novecentas e setenta e seis mil, novecentas e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, quando o correto seria R\$68.819.084,00 (sessenta e oito milhões, oitocentos e dezenove mil e oitenta e quatro reais), dividido em 73.976.906 (setenta e três milhões, novecentas e setenta e seis mil, novecentas e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme deliberado na ata da Assembleia Geral Extraordinária de 7 de fevereiro de 2024, registrada na JUCESP sob o nº 80.073/24-4, em sessão de 21 de fevereiro de 2024. (ii) Ratificar integralmente todas as demais deliberações e disposições constantes da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 26 de maio de 2025 que não foram objeto de alteração nesta assembleia. (iii) Alterar a redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$68.819.084,00 (sessenta e oito milhões, oitocentos e dezenove mil e oitenta e quatro reais), divididos em 73.976.906 (setenta e três milhões, novecentas e setenta e seis mil, novecentas e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.” (iv) Consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir a retificação do capital social ora aprovada, na forma do Anexo I a esta ata. **6. Lavratura:** Foi autorizada a lavratura desta ata na forma sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **7. Certidão:** O Presidente e o Secretário da mesa certificam que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Ata de Assembleias Gerais da Companhia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi então suspensa a assembleia pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** **Guilherme Henrique de Campli Martins** – Presidente; e **Leonardo Ribeiro de Paula** – Secretário. **Acionistas:** **MMC PlayKids Holdings B.V.** (p. Guilherme Henrique de Campli Martins); e **Sandbox International Holdings Limited** (p. Guilherme Henrique de Campli Martins). Campinas, 09 de junho de 2025. **Mesa:** **Guilherme Henrique de Campli Martins** – Presidente; **Leonardo Ribeiro de Paula** – Secretário. **Acionistas:** **MMC Playkids Holdings B.V.** Por: Guilherme Henrique de Campli Martins; **Sandbox International Holdings Limited** Por: Guilherme Henrique de Campli Martins. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 218.548/25-4 em 01/07/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2026

1. Data, Horário e Local: No dia 02/03/2026, às 9:30 horas, na cidade de São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 1.343, 7º andar, Bela Vista. **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Marcos Marinho Lutz; e Secretária: Denize Sampaio Bicudo. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre: **(i)** as demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31/12/2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; **(ii)** aprovação das propostas à serem submetidas à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes à Reunião decidiram, nos termos do material apresentado pela Diretoria acerca dos tópicos da ordem do dia: **(i) Aprovar** as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes da Companhia, parecer do Conselho Fiscal e do relatório da administração, a serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para a divulgação de referidas Demonstrações Financeiras e dos demais documentos pertinentes previstos no Estatuto Social da Companhia, na legislação e na regulamentação aplicáveis, incluindo o parecer do Comitê de Auditoria estatutário da Companhia, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes da Companhia, bem como fica a Diretoria autorizada a disponibilizar os documentos aplicáveis no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e no endereço eletrônico da Companhia; **(ii) Tomar conhecimento e discutir** as propostas que serão submetidas à apreciação dos acionistas quando da convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, e se manifestarem positivamente às referidas propostas; e **(iii) Convocar** Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que deverá ser realizada em 13/04/2026. **6. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Sr. Marcos Marinho Lutz; Secretária – Denize Sampaio Bicudo. **Membros do Conselho de Administração:** Marcos Marinho Lutz, Rodrigo de Almeida Pizzinatto, Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Eduardo de Toledo, José Mauricio Pereira Coelho, Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Roberto Lucio Cerdeira Filho. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 02/03/2026. **Denize Sampaio Bicudo** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 91.234/26-8 em 12/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta (“Companhia”)

Ata da Reunião do Conselho Fiscal de 27 de fevereiro de 2026 (“Reunião”)

Data, hora e local: 27/02/2026, às 14h00, na sede da Companhia. **Participantes:** Membros do Conselho Fiscal: Srs. Elcio Arsenio Mattioli, Jerri José Ribeiro da Silva e Valmir Pedro Rossi. A convite dos membros, participaram da Reunião os Srs. André Salésme Hachem, Carlos Arruti Rey, Ursula Copi Peres, Christian Rodrigues Soares Júnior e José Carlos de Pádua Júnior, além dos Srs. Daniel Correa de Sá, Murilo Balsalobre, Sílvia Nakagawa Tamura e Carolina Caetano Molina, representantes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”). **Presidente e Secretário:** Sr. Elcio Arsenio Mattioli, Presidente e Sr. Cassio Colli Badino de Souza Leite, Secretário. **Ordem do Dia:** **(i)** demonstrações financeiras e relatório da administração referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025 (“Exercício 2025”); e **(ii)** relatório da auditoria para o Exercício 2025. **Deliberações:** **(i)** Os membros do Conselho Fiscal opinaram favoravelmente, por unanimidade, sobre as Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório da administração da Companhia relativas ao ano de 2025; e **(ii)** Em cumprimento às disposições legais e de seu regulamento, baseado na minuta do relatório, sem ênfases ou ressalvas, dos auditores externos, o Conselho Fiscal emitiu parecer. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, a ata foi elaborada, lida e aprovada pela unanimidade. São Paulo, 27/02/2026. **Elcio Arsenio Mattioli** – Presidente; **Cassio Colli Badino de Souza Leite** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 91.235/26-1 em 12/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Elgin S.A.

CNPJ 52.556.578/0001-22 - NIRE 35.300.048.113

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24/11/2025

Aos 24/11/2025, na sede social da Cia., **reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Elgin S/A**, a saber: Roberto Bernardo Feder, Edward James Feder, Rafael Feder, Frances Rose Feder e Gabriela Feder Gil. Iniciando os trabalhos, Roberto Bernardo Feder – Presidente do Conselho de Administração, recordou aos demais Conselheiros o período do mandato estatutário vigente, com duração de 3 anos, compreendendo o interregno de **01/05/2025 a 30/04/2028**. Em seguida, declarou que a reunião tinha por objetivo deliberar sobre **(i) o pedido de renúncia da senhora Frances Rose Feder**, RNE W-673.938-S CGPJ/DIREX/DPF, C.P.F sob nº 699.010.587-91, **ao cargo de Conselheira de Administração da Companhia e (ii) a eleição da senhora Lise Mielnik**, CPF nº 143.046.288-44, **ao cargo de Conselheira para integrar o Conselho de Administração da Companhia, até o final do mandato**. Colocadas as matérias dos itens **(i)** e **(ii)** em votação, verificou-se as suas aprovações, por unanimidade, ficando autorizado o registro da Ata desta reunião, na Jucesp, bem como autorizada o Conselho de Administração a firmar os documentos necessários à formalização. Em seguida, estando a palavra a disposição dos Senhores Conselheiros para tratarem de outros assuntos de interesse da Sociedade e ninguém mais se manifestando, deram-se por encerrados os trabalhos. Na sequência, procedeu-se a lavratura desta Ata, a qual após lida e aprovada, vai firmada por todos os presentes. Mogi das Cruzes/SP, 24/11/2025. Jucesp nº 126.797/26-2 em 03/03/2025. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,2581 / R\$ 5,2587 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,2151 / R\$ 5,2171 *

Turismo - R\$ 5,2477 /

R\$ 5,4277

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: -0,49%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: +0,35%

Pontos: 180.270

Volume financeiro:

R\$ 38,113 bilhões

Maiores altas: Hapvida

ON (+14,98%), Natura

ON (+4,28%), Eneva ON

(+3,90%)

Maiores baixas: Miner-

va ON (-10,70%), Brava

ON (-4,33%), Vamos ON

(-2,87%)

S&P 500 (Nova York):

-0,27%

Dow Jones (Nova York):

-0,44%

Nasdaq (Nova York):

-0,28%

CAC 40 (Paris): -2,03%

Dax 30 (Frankfurt):

-2,82%

Financial 100 (Lon-

dres): -2,35%

Nikkei 225 (Tóquio):

-3,38%

Hang Seng (Hong

Kong): -2,02%

Shanghai Composite

(Xangai): -1,39%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -1,61%

Merval (Buenos Aires):

2,78%

IPC (México): -0,88%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Fevereiro 2025: 1,31%

Março 2025: 0,56%

Abril 2025: 0,43%

Mai 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE ATUALIZANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE

datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

Playkids Internet Móvel S.A.

CNPJ/MF nº 23.909.174/0001-77 – NIRE 35.300.487.273

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 26/05/2025

Data, Hora e Local: Aos 26/05/2025, às 12h00, na sede da **Playkids Internet Móvel S.A.** ("Companhia").
Convocação, Publicação e Presença: A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** **Sr. Guilherme Henrique de Campi Martins**, Presidente; e **Sr. Leonardo Ribeiro de Paula**, Secretário. **Ordem do Dia:** (i) a abertura de novas filiais da Companhia e a consequente inclusão de novas atividades no objeto social da Companhia; e (ii) a consolidação da nova redação do Estatuto Social. **Deliberações:** As acionistas, por unanimidade: **1.** Aprovaram a abertura das seguintes novas filiais da Companhia e suas respectivas atividades: **(a)** Filial localizada na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro, 665, Bloco 1, Campo da Mogiana, CEP 37701-880, a qual terá as seguintes atividades: (i) Comércio varejista de livros (CNAE 47.61-0-01); (ii) Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (Duty free) (CNAE 47.13-0-04); (iii) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (CNAE 47.63-6-01); (iv) Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (CNAE 47.72-5-00); (v) Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 47.81-4-00); (vi) Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7-99); (vii) Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8-03); (viii) Edição de livros (CNAE 58.11-5-00); (ix) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (CNAE 62.01-5-01); (x) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (CNAE 62.03-1-00); (xi) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 62.09-1-00); (xii) Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (CNAE 63.11-9-00); (xiii) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (CNAE 63.19-4-00); (xiv) Outras sociedades de participação, exceto holdings (CNAE 64.63-8-00); (xv) Agências de publicidade (CNAE 73.11-4-00); (xvi) Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação (CNAE 73.12-2-00); (xvii) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); e (xviii) Gestão de ativos intangíveis não-financeiros (CNAE 77.40-3-00); e **(b)** Filial localizada na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Estrada do Cristo Antônio Soares Sobrinho, 2300, Container, Bloco A, Centro, CEP 37701-970, a qual terá as seguintes atividades: (i) Comércio varejista de livros (CNAE 47.61-0-01); (ii) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (CNAE 47.63-6-01); (iii) Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 47.81-4-00); (iv) Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (CNAE 47.89-0-01); (v) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (CNAE 63.19-4-00); (vi) Agências de publicidade (CNAE 73.11-4-00); (vii) Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação (CNAE 73.12-2-00); (viii) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); (ix) Parques de diversão e parques temáticos (CNAE 93.21-2-00); e (x) Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (CNAE 93.29-8-99). **2.** Aprovar as modificações e as novas redações dos Artigos 2º e 4º do Estatuto Social, que passam a vigorar na forma abaixo transcrita: **"Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de Campinas, na Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150 – Conjunto 01, Jardim Madalena, CEP 13091-611, podendo estabelecer filiais, agências, escritórios e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, por deliberação dos acionistas. **Parágrafo único.** A Companhia possui as seguintes filiais: **(a)** Filial localizada na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro, 665, Bloco 1, Campo da Mogiana, CEP 37701-880, a qual terá as seguintes atividades: (i) Comércio varejista de livros (CNAE 47.61-0-01); (ii) Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (Duty free) (CNAE 47.13-0-04); (iii) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (CNAE 47.63-6-01); (iv) Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (CNAE 47.72-5-00); (v) Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 47.81-4-00); (vi) Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7-99); (vii) Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8-03); (viii) Edição de livros (CNAE 58.11-5-00); (ix) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (CNAE 62.01-5-01); (x) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (CNAE 62.03-1-00); (xi) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 62.09-1-00); (xii) Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (CNAE 63.11-9-00); (xiii) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (CNAE 63.19-4-00); (xiv) Outras sociedades de participação, exceto holdings (CNAE 64.63-8-00); (xv) Agências de publicidade (CNAE 73.11-4-00); (xvi) Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação (CNAE 73.12-2-00); (xvii) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); e (xviii) Gestão de ativos intangíveis não-financeiros (CNAE 77.40-3-00); e **(b)** Filial localizada na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Estrada do Cristo Antônio Soares Sobrinho, 2300, Loja Container, Centro, CEP 37701-970, a qual terá as seguintes atividades: (i) Comércio varejista de livros (CNAE 47.61-0-01); (ii) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (CNAE 47.63-6-01); (iii) Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 47.81-4-00); (iv) Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (CNAE 47.89-0-01); (v) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (CNAE 63.19-4-00); (vi) Agências de publicidade (CNAE 73.11-4-00); (vii) Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação (CNAE 73.12-2-00); (viii) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); (ix) Parques de diversão e parques temáticos (CNAE 93.21-2-00); e (x) Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (CNAE 93.29-8-99). **"Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: **(a)** Consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62.04-0-00); **(b)** Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (CNAE 62.01-5-01); **(c)** Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (CNAE 62.03-1-00); **(d)** Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 62.09-1-00); **(e)** Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (CNAE 63.11-9-00); **(f)** Outras sociedades de participação, exceto holdings (CNAE 64.63-8-00); **(g)** Agências de publicidade (CNAE 73.11-4-00); **(h)** Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); **(i)** Gestão de ativos intangíveis não-financeiros (CNAE 77.40-3-00); **(j)** Comércio varejista de livros (CNAE 47.61-0-01); **(k)** Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (Duty free) (CNAE 47.13-0-04); **(l)** Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (CNAE 47.63-6-01); **(m)** Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (CNAE 47.72-5-00); **(n)** Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 47.81-4-00); **(o)** Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7-99); **(p)** Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8-03); **(q)** Edição de livros (CNAE 58.11-5-00); **(r)** Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (CNAE 63.19-4-00); **(s)** Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação (CNAE 73.12-2-00); **(t)** Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (CNAE 47.89-0-01); **(u)** Parques de diversão e parques temáticos (CNAE 93.21-2-00); e **(v)** Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (CNAE 93.29-8-99)." **3.** Em razão das deliberações acima, aprova-se a nova redação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi então suspensa a assembleia pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata. Campinas, 26/05/2025. **Mesa:** **Guilherme Henrique de Campi Martins** – Presidente; **Leonardo Ribeiro de Paula** – Secretário. **Acionistas:** **MMC Playkids Holdings B.V.** Por: **Guilherme Henrique de Campi Martins**; **Sandbox International Holdings Limited** Por: **Guilherme Henrique de Campi Martins**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 177.926/25-9 em 02/06/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

comercial@datamercantil.com.br

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ nº 19.916.590/0001-25

Balanco patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)						Demonstração do resultado do exercício			
		31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024	
								(Em milhares de Reais)	
Ativo				Passivo e patrimônio líquido				31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	16.961	15.301		Instrumentos financeiros	374	9		127.757	120.814
Instrumentos financeiros	329	2.553		Fornecedores	102.713	90.143		(7.616)	(3.551)
Contas a receber de clientes	247.193	143.975		Contratos a embarcar antecipados	103.732	73.919		Receita líquida de vendas	120.141
Despesas antecipadas	765	979		Contas a pagar - partes relacionadas	162.292	71.539		117.263	
Adiantamento a fornecedores	16.678	14.942		Salários e encargos sociais	278	5.147		Despesas operacionais	
Contas a receber - partes relacionadas	4.145	6.844		Impostos e contribuições a pagar	2.210	1.096		Despesas de vendas	(16.112)
Impostos a recuperar	1.586	2.443		Imposto de renda e contribuição social corrente	-	775		Despesas gerais e administrativas	(94.844)
Outras contas a receber	1.503	1.026		Passivos de arrendamento	3.436	3.107		Depreciação e amortização	(5.205)
Total do ativo circulante	289.160	188.063		Outras contas a pagar	1.320	1.109		Equivalência patrimonial	(1.982)
Não circulante				Total do passivo circulante	376.355	246.844		Outras despesas operacionais	299
Impostos diferidos	36.888	43.879		Não circulante				Lucro antes do resultado financeiro	2.297
Depósito judiciais	1.429	1.264		Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.319	2.519		Resultado financeiro	(24.232)
Despesas antecipadas	-	36		Passivos de arrendamento	4.427	7.791		Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(21.935)
Investimento	1.583	(1.194)		Contratos a embarcar antecipados	12	20		Imposto de renda e contribuição social	(7.098)
Ativo imobilizado	2.306	2.986		Total do passivo não circulante	7.758	10.330		Prejuízo do exercício	(29.033)
Ativo intangível	9.112	4.725		Patrimônio líquido					
Ativos de direito de uso	6.268	9.055		Capital social	412.734	412.734			
Total do ativo não circulante	57.586	60.751		Reserva de capital	(11.228)	(11.228)			
Total do ativo	346.746	248.814		Reserva de lucros	-	-			
				Outros resultados abrangentes	1.787	1.760			
				Prejuízos acumulados	(440.660)	(411.626)			
				Total do patrimônio líquido	37.367	8.360			
				Total do passivo e patrimônio líquido	346.746	248.814			

NEGÓCIOS

ANP manda Petrobras retomar leilões de combustíveis cancelados esta semana

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) determinou que a Petrobras retome os leilões de oferta de gasolina e diesel que foram cancelados no início desta semana. A medida é parte de um pacote anunciado nesta quinta-feira (19) para monitorar o mercado de combustíveis.

Em nota, a agência afirmou que até o momento não identifica restrições à oferta de combustíveis do país. A reportagem apurou, porém, que há grande apreensão em relação ao abastecimento em abril, já que as importações privadas estão em ritmo reduzido.

Os leilões cancelados esta semana tinham entrega prevista para o mês que vem. Segundo profissionais do setor, a estatal leiloaria 95 milhões de litros de

gasolina e 70 milhões de litros de diesel. São volumes pequenos, que equivalem respectivamente a 3% e 1,4% das vendas dos dois produtos em abril de 2025.

Mas são considerados importantes pelas distribuidoras, já que a estatal deve ter papel mais relevante no abastecimento do mercado interno no próximo mês. Na quarta (18), a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que a suspensão teve como objetivo reavaliar o cenário.

A ANP afirma que "já estava monitorando o mercado e recebendo diversos dados e informações, inclusive relacionadas aos cancelamentos de leilões da Petrobras" e que decidiu notificar a estatal para "que ofereça imediatamente os volumes de combustíveis" dos leilões cancelados.

A estatal terá também

que apresentar informações sobre importações previstas, produtos a serem ofertados, preços de compra e venda, nomes dos navios, locais de datas de chegada "de forma a aumentar a previsibilidade do setor".

Procurada nesta quinta, a companhia ainda não respondeu.

No pacote anunciado nesta quinta, a ANP declarou sobreaviso no mercado de combustíveis: todos os produtores e os principais distribuidores e importadores ficam obrigados a informar à agência dados sobre estoques e previsão de importações.

A agência flexibilizou ainda os estoques mínimos de gasolina e diesel das distribuidoras, que poderão vender produtos sem se preocupar com manter volumes mínimos em suas bases.

Folhapress

Vivara projeta expandir em 35% número de inaugurações em 2026

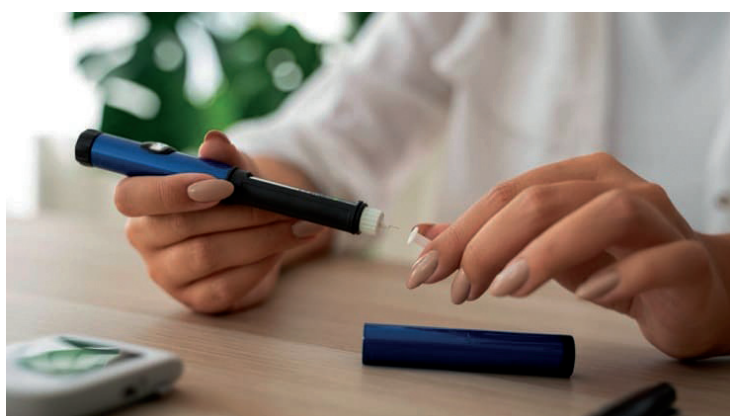
A Vivara projeta abrir entre 55 e 65 lojas das marcas Vivara e Life em 2026, segundo fato relevante divulgado nesta quarta-feira (18) pela companhia. A previsão representa uma aceleração de pelo menos 35% no número de inaugurações em relação a 2025.

A empresa considera, em suas análises, a evolução do mercado de shopping centers no país e o potencial de consolidação das marcas Vivara e Life na liderança do mercado brasileiro de joias.

"A expansão está apoiada no retorno consistente das lojas abertas nos últimos anos, que têm apresentado desempenho em linha ou acima das projeções iniciais", afirmou.

A estratégia, segundo a Vivara, segue baseada em crescimento orgânico, com seleção disciplinada de pontos comerciais e busca de maximização de retornos por meio da presença complementar das duas marcas em um mesmo empreendimento.

IstoÉDinheiro

**Expira na sexta a patente do Ozempic no Brasil**

A patente do Ozempic no Brasil se encerrará nesta sexta-feira, 20, abrindo mercado para mais de uma dezena de farmacêuticas produzirem concorrentes para o medicamento que tem sido usado para controle da diabetes e emagrecimento. Há expectativa também para redução de preço no mercado, que deve chegar a 20% do valor nas farmácias.

De acordo com a dinamarquesa Novo Nordisk, fabricante do Ozempic, o encerramento de uma

patente é etapa natural no ciclo de vida de qualquer inovação. "A empresa está preparada para atuar com solidez neste novo contexto".

Em nota, a empresa disse também que a inovação é um de seus pilares centrais há mais de um século, e que segue orientando sua estratégia de longo prazo, traduzida em um portfólio de medicamentos transformadores e em um pipeline robusto, com potencial para gerar novos avanços relevantes no cuidado das doenças crônicas graves e

contribuir para sistemas de saúde mais fortes, resilientes e sustentáveis.

A empresa disse também que Brasil continua sendo um dos mercados mais estratégicos para a Novo Nordisk globalmente, e que seu plano permanece inalterado.

Entre as empresas que já pediram registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para produzir seus próprios remédios a base de GLP-1, estão a EMS, Hypera, Biommm, Eurofarma, Cimed e Eli Lilly.

IstoÉDinheiro